

# Impasse: PFL rejeita regimento

"A nossa firmeza racha o PMDB hoje à tarde", vaticinou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), ao final de uma reunião em que seu partido, na manhã de ontem, definiu uma agressiva estratégia para combater o que classificava como "esmagamento" dos pequenos partidos. O encontro da bancada foi marcado por discursos veementes e duras críticas ao PMDB. Ali foi nomeada uma comissão para redigir nota oficial a ser distribuída à imprensa depois de que, se a Mesa não aceitasse a abertura de novo prazo para emendas modificando o projeto de regimento da Constituinte, os pefelistas se retrassem do plenário.

Seria também convocada uma entrevista coletiva à imprensa, onde o PFL pretendia deixar bem clara sua posição contrária à *camisa-de-força* em que se veriam metidos os pequenos partidos com as exigências de apoio de entre 56 e 96 constituintes para ações como pedidos de urgência, recontagem de votos, imediata discussão e votação de matéria de relevância, convocação de sessões extraordinárias, etc. "Se perdemos teremos de nos submeter a este regimento, mas é preciso deixar claro que foi o PMDB o alfaiate deste colete", proclamou Sandra Cavalcanti.

Da reunião, encerrada já depois das 13h, os líderes Carlos Chiarelli (Senado) e José Lourenço (Câmara) saíram com a incumbência de entrar em contato com o

presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem dariam ciência da posição do partido — e de conversar com as lideranças dos pequenos partidos buscando o apoio, considerado natural, para sua proposta.

## RESTRICÇÕES

O PFL não aceita a possibilidade de a Constituinte votar projetos de decisões, admitida em substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno, com o objetivo de dar poder aos constituintes para sobrestar medidas "que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia". Uma emenda suprimindo tal previsão deverá ser apresentada, hoje, pelo partido.

Outro item do substitutivo rejeitado pela frente liberal é o relativo ao funcionamento da Câmara e do Senado. Segundo o deputado Mário Assad (MG), da comissão do PFL que examinou o texto, não cabe à Constituinte determinar ao Congresso que reformule seus regimentos para adaptar seus trabalhos aos da Assembléia. Além disso, o PFL não concorda com a duração das sessões da Constituinte, fixada no substitutivo, porque ela impediria o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso. Uma idéia em estudo no partido é a apresentação de emenda estabelecendo um espaço para a realização das sessões da

Câmara e do Senado, que poderia ser o de um dia por semana.

Os pontos sobre a participação popular na Constituinte também são contestados pelo PFL. O partido quer suprimir dispositivo segundo o qual entidades da sociedade podem apresentar sugestões às comissões constitucionais. Para Assad, essa previsão é "desnecessária". A obrigatoriedade de as comissões promoverem audiências públicas em cinco a oito sessões também deve ser abolida, na opinião do PFL, porque o número de sessões deve ficar a critério das comissões. O partido é, entretanto, conforme declarou Assad, favorável a audiências públicas.

O PFL discorda, também, do item sobre iniciativa popular de emenda ao projeto de Constituição, por considerar que a Constituinte "teria que montar um cartório para conferir as assinaturas dos 30 mil cidadãos que subscrevem a proposta", de acordo com Assad. O partido pretende debater melhor o assunto.

Outra grande restrição do PFL ao substitutivo é quanto à Comissão de Sistematização. Esta comissão teria muitos poderes, na visão do PFL, ao ter competência para apresentar um substitutivo às propostas das comissões constitucionais, para dispor sobre o preâmbulo às normas gerais e às disposições finais e transitórias — onde caberia a fixação do mandato do presidente José Sarney.